

ACÇÃO SOCIALISTA

PRESIDENCIAIS 2011

“Segunda volta é possível”



Há uma mobilização crescente em torno do candidato presidencial apoiado pelo PS, Manuel Alegre, que confia na realização de uma segunda volta para aí derrotar Cavaco Silva. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Alegre diz-se portador do legado deixado por Soares e Sampaio que conquistaram a Presidência da República “a partir da esquerda”. A sua candidatura apresenta-se ao país como a única que pode oferecer estabilidade política, social e financeira e Alegre, uma vez eleito, garante tudo fazer ao lado do Governo para impedir a entrada do FMI em Portugal. “Quero ser a garantia da Democracia e do Estado Social e do cumprimento da nossa Constituição”, sustenta com convicção Manuel Alegre. **P2**

GOVERNO

Educação obtém os melhores resultados de sempre – revela programa PISA da OCDE **P5**

PARLAMENTO

GP/PS reunido em Jornadas defende agenda para o crescimento e modernização **P6**

IGUALDADE DE GÉNERO

IV Plano evidencia agenda social do Governo

O IV Plano Nacional para a Igualdade, apresentado no dia 16 em Lisboa, depois de ter sido aprovado em Conselho de Ministros, representa, segundo Pedro Silva Pereira, “trabalho, ambição e compromisso” e é o corolário da “consistência” e “persistência” das políticas públicas nesta área. **P9**

INTERNACIONAL

Brasil é prioritário na política externa de Portugal **P15**





Manuel Alegre, candidato à Presidência da República

“Quero ser o garante da Democracia e do Estado Social”

“Candidato-me porque o país precisa de estabilidade financeira, social e política”, afirma Manuel Alegre, em entrevista ao “Acção Socialista”, onde reitera que pretende ser na Presidência da República o garante da Democracia e do Estado Social e do cumprimento da Constituição. Ao

contrário de Cavaco Silva, que está “refém” dos objectivos e das ideias dos partidos de direita que o apoiam, refere o candidato apoiado pelo PS, para quem uma segunda volta é cada vez mais possível, dada a mobilização crescente em torno da sua campanha.

Considera estarem reunidas as condições para a realização de uma segunda volta das presidenciais?

Sinto uma mobilização crescente. Já vou na segunda volta ao país e ao contrário do que têm tentado transmitir sinto que tenho cada vez mais pessoas comigo.

Há cinco anos não houve segunda volta por muito pouco e as sondagens davam, por esta altura, o que estão a dar. Desta vez teremos segunda volta com o apoio de todos os socialistas.

Nesta recta final da campanha, gostaria de contar com mais apoio e maior envolvimento do PS, dos seus dirigentes e dos seus militantes em torno da mesma?

Sinto que tenho tido o apoio e o envolvimento dos dirigentes do PS, das Concelhias e das Federações, dos presidentes de Câmara e dos dirigentes nacionais. Espero que continue a ter e que esse envolvimento seja cada vez maior até ao dia das eleições.

Quais as principais linhas estratégicas de pensamento e orientação políticas assentam a sua candidatura?

Candidato-me porque sinto que o país precisa de

Porque entendo que é necessário mobilizar vontade para resolver problemas estruturais da justiça portuguesa. Encontrar soluções para morosidade da justiça pode ter um grande impacto na nossa economia e no nosso crescimento. Para tal é preciso envolvimento e conciliação de vontades. Um Presidente pode ter um grande papel e foi por isso que propus organizar os “Estados Gerais da Justiça”.

A sua insistência no caso BPN não poderá ter efeito contrário ao pretendido e colocar Cavaco Silva no papel de vítima?

Não fui eu que trouxe o caso BPN para a Campanha, foi Cavaco Silva. Os portugueses precisam de esclarecimentos sobre a relação de proximidade de Cavaco com os ex-responsáveis da SLN e do BPN porque só assim percebemos se o Presidente da República manteve ou não, em todas as decisões ou declarações que fez, a isenção exigida ao cargo que ocupava.

Considera satisfatórias ou minimamente esclarecedoras as explicações a contragosto que Cavaco Silva foi forçado a fazer sobre os lucros que obteve com a aplicação das suas poupanças no BPN?

sentir, que a segunda volta é possível e se existir que eu posso ganhar.

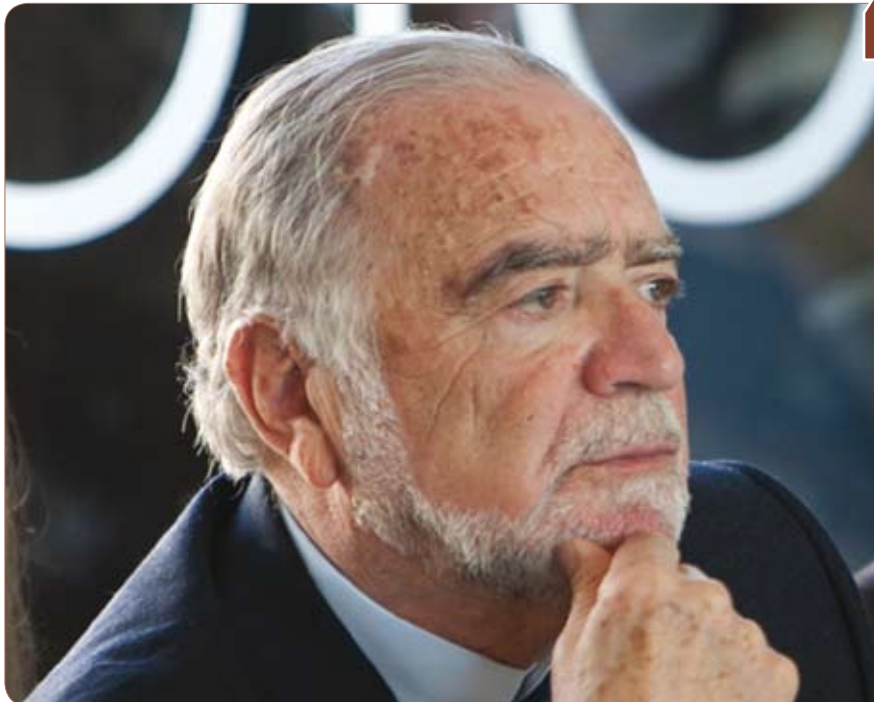
Porque é que a reeleição do actual Presidente seria, na sua opinião, uma porta aberta a todos os ataques aos serviços públicos, aos direitos do trabalho e à Constituição?

Ele nunca criticou a proposta de revisão Constitucional do PSD. Quando fala de escola e de saúde nunca defende a escola pública ou a saúde pública. Já defendeu que para a economia portuguesa recuperar deveriam existir ajustamentos no factor trabalho, assumindo implicitamente as ideias do PSD e do PP.

Recentemente não rejeitou uma crise política num momento tão difícil para o país. Ele é um candidato refém dos objectivos dos partidos que o apoiam.

Sente que há uma mobilização crescente em torno da sua candidatura, não só das esquerdas na sua pluralidade, mas de todos aqueles que querem ver renascer a esperança num Portugal com justiça e solidariedade?

Sinto que a mobilização é crescente e que a segunda volta é possível. Os Presidentes de esquerda nunca deixaram ficar mal o país. Tenho o legado de Mário



Candidato-me porque sinto que o país precisa de estabilidade. Estabilidade financeira e para isso precisamos de um Presidente que ajude a acalmar os mercados, que não considere que defender o país é igual a ofender quem nos empresta dinheiro. Alguém com coragem para dizer que os juros que pagamos são injustos

estabilidade. Estabilidade financeira e para isso precisamos de um Presidente que ajude a acalmar os mercados, que não considere que defender o país é igual a ofender quem nos empresta dinheiro. Alguém com coragem para dizer que os juros que pagamos são injustos.

Estabilidade social e para isso precisamos de um Presidente que se comprometa que todos os portugueses, num momento difícil para o país, não vão perder o direito público à educação, à saúde, à segurança social. Alguém que se comprometa a não alterar o Código do Trabalho e a não permitir acabar com a justa causa. Estes direitos são a almofada social dos portugueses e agora são mais necessários do que nunca.

Estabilidade política e para isso precisamos de um Presidente que independentemente dos Governos, perceba que este momento é o pior para desencadear uma crise política, porque nada ajuda e só piora a capacidade de recuperação do país.

Quero ser a garantia da Democracia e do Estado Social e do cumprimento da nossa Constituição.

Uma das ideias que avançou numa entrevista à RTP, caso seja eleito, é a realização de um Congresso da Justiça. Porquê esta iniciativa?

A Comunicação Social não considerou satisfatória e duvido que os portugueses tenham considerado satisfatória. Essa explicação é determinante até porque as respostas que dá nem sempre correspondem à verdade. A sua declaração de rendimentos nada esclarece e muitos órgãos de Comunicação Social referiram que talvez tivesse adquirido acções a um preço de favor. É uma acusação muito grave e estranho que não queira prestar esclarecimentos.

No entanto, parece-lhe que o seu adversário mais directo regressou ao “velho estilo da arrogância” e do “homem que nunca se engana”?

Tenho dúvidas que alguma vez tenha deixado esse estilo. Relembro o famoso caso das escutas. Foi uma lamentável quebra de solidariedade institucional com o Governo. Com este ou com outro qualquer Governo. Um assessor cria um problema da maior gravidade e o Presidente da República manteve-o em funções.

A que se deve o crescendo de nervosismo e críspação que se sente na candidatura de Cavaco Silva?

Ele talvez perceba que estas eleições não têm um resultado determinado. Sinto, e ele também o deve

Soares e de Jorge Sampaio que conseguiram ser os Presidentes de todos os portugueses mas a partir da esquerda. É isso que o país precisa.

Um dos cavalos de batalha das suas intervenções tem sido a denúncia dos ataques especulativos dos mercados contra Portugal e os critérios monetaristas que estão a contaminar a Europa. Como pode um Presidente da República, através dos poderes que a Constituição lhe atribui, intervir para que estas situações sejam alteradas?

Um Presidente pode e deve ser solidário com um Governo que se esforce para impedir a entrada do FMI. Não podemos ficar calados quando pagamos juros injustos face à situação da nossa economia. Não podemos confundir críticas com insultos. Se assim fosse qualquer defesa que o actual Governo tenha feito procurando acalmar os mercados teriam sido insultos.

Ramos Horta, Presidente de Timor-Leste, com as declarações que fez a defender o nosso país foi mais Presidente que Cavaco Silva.

Se for Presidente tomarei medidas, darei entrevistas a órgãos de comunicação social estrangeiros, fazer visitas que ajudem a acalmar e a relançar a confiança em Portugal.

Execução do OE 2011

REUNIDO no dia 6 de Janeiro, o Conselho de Ministros aprovou, na generalidade, para consultas, um decreto-lei que estabelece as normas e disposições necessárias à execução do Orçamento Estado de 2011 que abrangem os orçamentos dos serviços integrados, os orçamentos dos serviços e fundos autónomos, independentemente de gozarem de regime especial, e o orçamento da segurança social.

Por esta via, segundo o Governo, “são reforçados os mecanismos de acompanhamento e disciplina orçamental, consagrando-se a obrigatoriedade de elaboração de planos trimestrais de receita e despesa, por programa orçamental, especificados pela classificação orgânica e por agrupamento da classificação económica. Este planeamento permitirá reforçar os instrumentos de controlo regular da execução orçamental”.

O diploma prevê também que “sejam comunicados limites de endividamento às entidades públicas incluídas no perímetro das administrações públicas, limites esses que deverão ser rigorosamente observados sob pena de determinarem a correspondente redução das verbas adstritas aquelas entidades”.

Outro aspecto relevante do decreto-lei prende-se com “a clarificação da matéria do registo de compromissos orçamentais, ficando mais claro o que os serviços e organismos da Administração Central devem manter registado e actualizado nos sistemas informáticos da Direcção-Geral do Orçamento, permitindo um mais rigoroso acompanhamento da execução orçamental”.

Em matéria de prazos de pagamento, estabelece-se “um especial dever de acompanhamento dos mesmos através de reportes trimestrais à tutela e às Finanças”.

Deve destacar-se, ainda, a importância da utilização intensiva das tecnologias de informação e comunicação nos procedimentos de informação relativos ao controlo da execução orçamental.



Criada via rápida para investimentos exportadores

No âmbito da Iniciativa para a Competitividade e o Emprego, o Conselho de Ministros, de 13 de Janeiro, aprovou um diploma que alarga a

“via rápida”, criada para os Projectos Potencial Interesse Nacional (PIN), a projectos de forte vocação exportadora.

ASSIM, passam a ser considerados PIN os projectos com investimento global superior a 10 milhões de euros, quando até agora o limite era de 25 milhões de euros. Admite-se agora, excepcionalmente, a classificação como PIN de projectos que, com investimento inferior a 10 milhões de euros, tenham uma forte vocação exportadora ou permitam a substituição de importações, possuam uma grande componente de investigação e desenvolvimento (I&D), inovação aplicada ou interesse ambiental.

De acordo com o novo regime jurídico, introduzem-se, também, para os projectos acima de 25 milhões de euros, mecanismos adicionais que possam permitir uma decisão mais célere.

Para o ministro da Economia e da Inovação, Vieira da Silva, a concretização da Iniciativa para a Competitividade e o Emprego tem em marcha outras medidas como o reforço do programa Inov-Export, de colocação de quadros comerciais, que passa a ser contratualizado com as associações empre-

sariais, tendo o primeiro acordo nesse sentido sido já assinado com o sector do têxtil-lar.

Adiantou também estar em curso o processo das linhas de crédito PME Investe, cujo valor previsto no Orçamento de Estado para 2011 é de 3 mil milhões de euros, encontrando-se já funcional a linha financeira de 1,2 mil milhões destinada a reforço das exportações.

Recorde-se que desde 2008 os programas PME Investe já realizaram investimentos de 7,7 mil milhões de euros.

Sociedades por quotas sem capital mínimo

Entretanto, com o objectivo de estimular o empreendedorismo, o Governo aprovou um decreto-lei que contém um conjunto de medidas de simplificação dos processos de constituição das sociedades por quotas e das sociedades unipessoais por quotas, eliminando-se a obrigatoriedade de um capital social mínimo.

Assim, de acordo com o diploma aprovado no Conselho de Minis-

tros de 30 de Dezembro, o capital social passa, assim, a poder ser livremente definido pelos sócios.

Recorde-se que até agora a lei estabelecia que os sócios deviam depositar o montante do capital social com o valor mínimo de 5000 euros, antes de se iniciar a actividade da sociedade por quotas ou unipessoal por quotas.

O Governo considera que “o facto de ser obrigatória a disponibilização inicial de capital social impedia frequentemente potenciais empresários, muitas vezes jovens, sem recursos económicos próprios, de avançarem com o seu projecto empresarial”, lembrando que, actualmente, são vários os países onde esta exigência foi eliminada, como sejam: a Alemanha, França, Reino Unido, Estados Unidos da América e Japão, entre outros.

Assim, as medidas aprovadas têm como objectivo “reduzir os custos de contexto e os encargos administrativos para empresas, promovendo a competitividade e o emprego”. J.C.C. B.



Bons resultados na Educação confirmam políticas do Governo

Portugal registou em 2009 uma assinalável evolução nos resultados da avaliação de alunos, segundo anunciou a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE).

Para Sócrates, “este progresso notável é mérito dos professores”, mas mostra também, que as “políticas seguidas na Educação nos últimos anos pelo Governo foram na direcção correcta”.

SEGUNDO o primeiro-ministro, os resultados de 2009 do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) constituem “um factor de esperança para o sucesso económico”, lembrando que, desta vez, “ninguém vai poder dizer que os exames eram fáceis”.

O que os dados mostram, defendeu, é que os alunos portugueses “sabem mais e sabem fazer mais coisas”, salientando que não há maior factor de esperança para a proliferação de tecnologias de informação e comunicação e para o sucesso económico do que ter “bons resultados na Educação”.

O relatório da OCDE demonstra que na comparação com os restantes países desta organização, e no âmbito do PISA, Portugal é já o quarto Estado que mais progrediu em leitura e em matemática e o segundo que mais avançou em ciências.

O nosso país situa-se na 21ª posição, num conjunto de 33 países da OCDE que participaram no estudo, quando em 2000 estava na 25ª posição, num conjunto de 27 países da OCDE.

Os resultados dos alunos portugueses no PISA 2009 revelam desde 2000, ano em que o nosso país participou pela primeira vez no Programa, a mais expressiva melhoria nas áreas avaliadas de leitura, matemática e ciências.

Portugal é mesmo apontado pelos especialistas da OCDE “como um dos exemplos” de que políticas adequadas de Educação produzem de forma eficaz resultados na luta contra o insucesso escolar, sublinhando o relatório que as políticas e reformas feitas em Portugal “produziram os seus frutos”, contribuindo assim para aumentar a nossa pontuação média que estava na base da tabela.

Do conjunto de dados incluídos neste relatório apresentado pela OCDE, destacam-se, entre outros, as competências alcançadas entre os alunos mais fracos, com uma redução simultânea na percentagem de estudantes que se encontravam nos níveis inferiores de aprendizagem, ou, ainda, uma queda das taxas de reprovação de alunos no 9º ano que desceram de 21,5% para 12,8%

entre 2004 e 2009.

Também o fosso que existia entre as melhores escolas e aquelas que se encontravam num patamar inferior conheceu uma assinalável diminuição, do mesmo modo que se registou uma aproximação, após se corrigir a diferença socioeconómica dos alunos, entre as escolas privadas e as públicas, deixando a escolha de ser entre público e privado como “factor de melhoria de educação”.

Na opinião do primeiro-ministro estes resultados não surgem por acaso, ocorrendo antes na consequência de políticas persistentemente seguidas nos últimos anos pelo Governo na área da Educação, e, por outro lado, por uma

Os resultados dos alunos portugueses no PISA 2009 revelam desde 2000 a mais expressiva melhoria nas áreas avaliadas de leitura, matemática e ciências

conjugação de factores como a “avaliação de professores e por um controlo sério da qualidade do ensino”, acções que contribuíram fortemente, entre outras, para que os alunos portugueses, pela primeira vez, tivessem atingido a média dos países da OCDE, em literacia de leitura, matemática e ciências, colocando-os a par dos congéneres do Reino Unido, Dinamarca, Suécia, Alemanha, França, Irlanda e Hungria.

Recorde-se que nos estudos anteriores, realizados em 2000, 2003 e 2006, os resultados dos alunos portugueses situavam-se significativamente abaixo da média da OCDE, situação que foi agora superada.

Portugal é para Angel Gurría, secretário-geral da OCDE, “um bom exemplo” de que o aumento da equida-

de, tal como defende o programa PISA, “não tem necessariamente de ser alcançado à custa de uma diminuição dos padrões de qualidade”.

Secretário-geral da OCDE elogia Portugal

Gurría lembra que os países cujos sistemas tem mais sucesso fizeram opções que mostram o valor dado à educação, criticando aqueles que encaminham os alunos desde muito novos para percursos diferenciados, sustentando que o PISA mostra “claramente” que tais sistemas “geram grandes desigualdades sociais”.

Aconselhando Portugal a continuar com a política de redução do abandono e da taxa de insucesso escolar, o secretário-geral da OCDE elogia as avaliações nacionais, no quarto, sexto e nono anos, recentemente introduzidos, porque “constituem marcos importantes para o país”.

Também o jornal francês “Le Monde” se refere ao relatório PISA 2009, destacando a correcção das desigualdades sociais verificadas nas escolas portuguesas, salientando que Portugal foi capaz de “dar um salto em frente” mostrando agora “estar no caminho certo”, ao invés do que sucede em França que “sofre uma descida generalizada dos seus resultados”.

O jornal francês recorda ainda que Portugal é o sexto país cujo sistema educativo compensa melhor as desigualdades socioeconómicas dos alunos, sendo igualmente aquele com uma percentagem mais elevada de alunos saídos de meios desfavorecidos que atingem os níveis de excelência em leitura.

Em entrevista a este vespertino francês, a ministra da Educação, Isabel Alçada, lembra que a redução do insucesso escolar em Portugal só foi possível graças às ajudas dadas pelo Governo aos alunos oriundos de meios mais desfavorecidos e ao apoio concedido “aos que não obtêm resultados favoráveis de imediato”, realçando que “Portugal soube criar uma verdadeira cultura de avaliação, tanto dos alunos como dos professores”. R.S.A.



Jornadas Parlamentares

Sócrates critica políticos que fazem exploração da pobreza

Há políticos que “não resistem à exploração descarada da pobreza” para daí “tirar dividendos”, acusou José Sócrates, no encerramento das Jornadas Parlamentares do PS, realizadas nos dias 16, 18 e 18 de

Dezembro no Porto, sob o lema “Economia e Desenvolvimento”, onde voltou a criticar o PSD, por ter uma agenda neoliberal de privatização da educação e da saúde, “que não teria nada de bom para o país”.

“**NÓS** não queremos explorar a pobreza para benefício político. Nós fazemos tudo o que está ao alcance de um político para desenvolver estratégias de redução das desigualdades”, afirmou o secretário-geral do PS, que disse não gostar de “ver a pobreza como uma indústria da qual se pretende retirar dividendos políticos”, porque, frisou, “isso não é positivo para nenhum combate à pobreza”.

Defendendo que o combate à pobreza “é do Estado e da sociedade”, José Sócrates elogiou a “grandeza” daqueles que se “dedicam a ajudar o próximo”, mas “de forma discreta”, porque “não precisam de nenhum louvor público para fazer aquilo que devem”.

E acrescentou que “é com essa atitude de humildade que um cidadão se deve comportar e não com o exibicionismo da luta contra a pobreza apenas a pensar em rendimentos políticos”.

O discurso de José Sócrates ficou ainda marcado por fortes críticas à postura do PSD em relação ao pacote de 50 medidas apresentadas pelo Governo para a estimular a competitividade da economia e o emprego. “Eu bem os percebo, eu sei bem quais eram as medi-

das que eles aprovariam: aquelas que estão na revisão constitucional”, disse. “Querem uma agenda liberal que não faria nada bem ao país. Não haveria nada de bom”, acusou. Segundo o líder do PS, a retirada do Estado da saúde e da educação, como pretende a direita representada no PSD, “apenas agravaria as desigualdades sociais”, lembrando, a propósito, os maus resultados do sistema de saúde nos Estados Unidos, dominado quase na íntegra pelo sector privado, no qual o Estado acaba por gastar mais dinheiro. Um modelo que, disse, tem piores resultados do que o Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente no que respeita à esperança de vida e mortalidade infantil.

Depois de acusar o PSD de ter também na sua agenda o objectivo de legislar de forma a permitir os despedimentos sem justa causa, Sócrates aproveitou para esclarecer os deputados sobre o projecto de criação de um fundo empresarial para os despedimentos, que disse ser “benéfico” para os trabalhadores.

Este mecanismo, salientou, visa “prevenir que, em caso de reestruturações, se possa acautelar quer a vida da empresa, quer a vida dos trabalhadores”.

O fundo empresarial, continuou Sócrates, “tem duas consequências e são ambas positivas”. Em primeiro lugar, disse, “garante aos trabalhadores que receberão uma indemnização caso a empresa deixe de ter actividade”, lembrando que todos têm conhecimento de “pessoas que foram despedidas e que nunca receberam indemnização”.

Em segundo lugar, segundo o primeiro-ministro, esse fundo garante que a empresa que, se tiver de proceder a uma reestruturação para se tornar mais competitiva, “tenha esse dinheiro de lado”.

Assis enaltece medidas aprovadas pelo Governo

Ao líder parlamentar socialista, Francisco Assis, coube-lhe logo no primeiro dia dos trabalhos, defender as medidas apresentadas pelo Governo, afirmando que “vão no bom sentido” e reflectem uma aposta sustentada “no crescimento da economia portuguesa”.

O Governo, disse, ao apostar na competitividade da economia e no apoio às exportações, na simplificação administrativa e na redução dos custos de contexto

para as empresas, na competitividade do mercado de trabalho, na reabilitação urbana, na dinamização do mercado de arrendamento, no combate à informalidade e à fraude e evasão fiscal, manifesta uma clara intenção de defender a “construção de uma agenda para o crescimento”.

Apelou, por isso, à participação activa dos diversos sectores do mundo empresarial e dos trabalhadores, para que em conjunto com o Governo “se consigam superar as dificuldades com que o país se defronta”, não perdendo de vista, como alertou, para a necessidade de se avançar com as reformas “conducentes ao reforço das condições de crescimento da economia”.

“Vamos avançar com o reforço da ligação entre a investigação científica e a inovação, e a sua aplicação empresarial”, enfatizando que essa opção se traduz já no aumento das exportações.

Para o líder do GP/PS, depois de se aprovar um Orçamento do Estado “com medidas duras e exigentes”, não se pode desistir de “continuar a apostar no crescimento da economia e na modernização” do país, reconhecendo que os últimos dados referentes às exportações “nos deixam a todos muito satisfeitos”.

Segundo Assis, o Governo “está a encarar com coragem” os problemas do país e a adoptar as medidas que se impõem, defendendo a vocação reformista do Executivo.

Condenou, por isso, tanto a corrente defensora do “optimismo exacerbado e da disciplina de ferro”, quanto os defensores da tese do “quanto pior melhor” que, em sua opinião, mais não pretendem do que a “diluição da coesão interna”.

Assis recordou que foi o PS e não o PSD quem mais avançou na disciplina orçamental, apelando para que o enfoque esteja no “país que cria”, demonstrando assim que é possível desenvolver políticas públicas “com finanças disciplinadas” que sejam economicamente ambiciosas.

Noutro plano, o líder da bancada socialista falou da “inevitabilidade” de Portugal seguir um processo de disciplina dentro da União Europeia, afirmando não ser possível pedir aos países mais prósperos do espaço europeu que sejam mais solidários “se nós próprios não dermos garantias que somos um país disciplinado”.

Antes intervieram o ministro dos Assuntos Parlamentares, Jorge Lação, Manuel Pizarro, líder da Concelhia do Porto, e Renato Sampaio, presidente do PS/Porto.

Enquanto Lação acusou o PSD de tudo estar a fazer

para “quebrar o acordo” de viabilização do Orçamento do Estado 2011, contribuindo para “torpedear” a execução orçamental, Manuel Pizarro fez duras críticas às forças de direita, acusando-as de quererem usar como receita o mesmo figurino que esteve na origem da presente crise, “a redução da intervenção do Estado”, defendendo Renato Sampaio, por seu lado, que os incentivos ao desenvolvimento da economia “têm que passar por apostas em sectores estratégicos”, salientando o ramo exportador nas fileiras do imobiliário e florestas, metalo-mecânica e têxtil, turismo, infraestruturas portuárias e ferroviárias, associações e instituições de economia social, institutos de investigação científica, inovação e desenvolvimento tecnológico, áreas que na sua perspectiva “dão respostas aos desafios que são colocados pela actual crise”.

Nos trabalhos intervieram ainda, para além de outros

Segundo o líder do PS, a retirada do Estado da saúde e da educação, como pretende a direita representada no PSD, “apenas agravaria as desigualdades sociais”

dirigentes, os ministros da Economia, Vieira da Silva e da Ciência e do Ensino Superior, Mariano Gago.

Alteração do perfil das exportações portuguesas

O titular da pasta da Economia realçou o facto do peso das exportações no PIB manterem uma relativa estabilidade “apesar das mudanças na estrutura das exportações”, recordando que na última década e meia este índice oscilou “em torno dos 30% do Produto Interno Bruto”.

Acentuou depois que as alterações que se verificaram no perfil das exportações portuguesas, resultaram numa acentuada diminuição do peso de sectores industriais tradicionais, designadamente o têxtil, vestuário e calçado, áreas que representavam cerca de 40% das exportações e bens em 1992 e que em 2006 não iam

além dos 16%.

Também os produtos de baixa tecnologia têm vindo, como lembrou, a perder importância no total de bens exportados, registando-se uma descida deste sector entre 2002 e 2008, de 44% para perto de 35%.

Pelo contrário, disse ainda Vieira da Silva, o peso das exportações de serviços passou de 24% em 1996 para 34% em 2009, cenário que tem contribuído para que o défice da balança tecnológica tenha começado a decrescer a partir de 1998, registando-se um saldo positivo a partir de 2007.

Do mesmo modo tem-se verificado uma diversificação dos mercados de destino das exportações portuguesas, com o peso das vendas de bens vendidos extra União Europeia passado de 17,8% em 2000 para 24% em 2009.

Gago critica associações profissionais

Mariano Gago lamentou o que catalogou de complacência do Parlamento aos interesses corporativos das ordens profissionais, afirmando que estas estruturas apenas têm mostrado interesse em “canibalizar e controlar” o acesso ao mercado de trabalho.

Para o ministro da Ciência e do Ensino Superior, o Parlamento tem vindo a demonstrar uma “tolerância incompreensível” para com as ordens profissionais, um fenómeno que em sua opinião assume um dos caracteres mais “extraordinários que ocorrem no país”.

A “complacência e a cedência corporativa”, acentuou ainda Mariano Gago, para quem “pressiona o Parlamento” com o argumento de que não se pretende fechar o mercado de trabalho, mas antes salvaguardar a deontologia, “é absolutamente descabida”.

Noutra vertente, o ministro destacou a evolução do investimento em ciência, com resultados “muito positivos”, que atribuiu “à estratégia do Governo socialista”.

Recordou, a propósito, que em 2005 o país apenas investia cerca de 0,81% do PIB em ciência, tendo passado em apenas três anos “numa das mais rápidas acelerações dos últimos 20 anos” para um investimento no sector que chegou em 2008 aos 1,55%, com as empresas a contribuírem com cerca de 50% do esforço.

Destacou por fim a subida exponencial de investigadores em Portugal, registados entre 2005 e 2008, com os números a apontarem actualmente para cerca de 40 mil profissionais, “dos quais cerca de 44% são mulheres”. J.C.C. B./R.S.A.



Debate quinzenal

Sócrates anuncia reforço do estudo da matemática, português e ciências

O reforço do horário no ensino básico para o estudo acompanhado das áreas de matemática, português e ciências e a criação de uma tutoria digital foram duas medidas anunciadas pelo primeiro-ministro, José Sócrates, no último debate quinzenal de 2010, no Parlamento, onde realçou “a boa notícia” que constituiu o relatório PISA sobre política educativa, que coloca Portugal como o país da OCDE que mais progrediu nos últimos três anos nesta área “fundamental para a igualdade de oportunidades e para o sucesso económico”. J. C. CASTELO BRANCO



NESTE debate dedicado ao tema da educação, José Sócrates disse ainda que o Governo vai avançar com o reforço dos programas para o sucesso escolar nas escolas abrangidas pelos territórios educativos de intervenção prioritária e nas escolas abrangidas pelo programa “Mais Sucesso”.

Com estas três medidas, que “pretendem responder a algumas das questões educativas que persistem”, o primeiro-ministro explicou que em linhas gerais pretende-se estabelecer “um tempo lectivo no horário semanal obrigatoriamente alocado ao estudo da matemática e, sempre que essa for a opção da escola, o mesmo poderá ocorrer para o estudo do português e da ciência”.

Já quanto à criação da “tutoria digital”, que se aplicará às áreas do português, da matemática e das ciências, José Sócrates disse que “aproveitando o potencial tecnológico hoje ao dispor das escolas, desenvolveremos uma modalidade de ensino digital, através da disponibilização de conteúdos educativos digitais e com uma equipa de professores preparada para responder a dúvidas, promover actividades e exercícios dirigidos aos alunos”.

Segundo o primeiro-ministro, essa mesma equipa “poderá ainda apoiar professores e famílias no acompanhamento pedagógico”.

José Sócrates referiu que estes “novos objectivos e novas medidas” inscrevem-se no “desígnio fundamental” estabelecido pelo Governo que é “garantir o cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos”.

Tal objectivo, sublinhou, “vai de par com a tão significativa mobilização de recursos educativos como são exemplo: a rede de bibliotecas escolares, o Plano

Nacional de Leitura, o Plano Tecnológico da Educação, o reordenamento da rede escolar, a reabilitação e modernização do parque escolar”.

Mas também, acrescentou, “com a cultura de avaliação, construída e consolidada no nosso sistema educativo, incidente na avaliação da aprendizagem dos alunos, do desempenho dos docentes, na avaliação externa das escolas”.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro começou por se congratular com os dados divulgados pela OCDE, segundo os quais Portugal foi o país que mais progrediu, “registrando um aumento de 20 pontos”.

“Portugal é o quarto país que mais progrediu na literacia da leitura; é o quarto país que mais progrediu em matemática; e é o segundo país que mais progrediu em conhecimento na área da ciência”, disse, sublinhando que o país “alcança estes resultados melhorando, simultaneamente, a percentagem de alunos nos níveis de excelência e diminuindo a percentagem de alunos nos níveis negativos”.

José Sócrates defendeu que estes dados do relatório PISA 2009 acabam com os mitos que têm marcado o debate sobre educação nos últimos anos, como “o mito do facilitismo” nas escolas portuguesas, salientando que “os resultados melhoraram, não porque os exames em Portugal sejam mais fáceis ou os professores mais permissivos”, mas porque, segundo o relatório, “os nossos alunos sabem mais e sabem fazer mais coisas”.

Mas também acaba com “o mito do fatalismo”, ou seja, “a ideia de que Portugal não é capaz de resolver o seu problema de atraso educativo”, apontando o progresso registado no “acesso à escolaridade e uma forte melhoria da performance dos alunos”.

O PISA termina também, de acordo com o primeiro-ministro, com “o mito da falsa escolha entre uma escola para todos ou uma escola de qualidade”, já que, sublinhou, os resultados revelam que “estes objectivos não são incompatíveis”, porque “é possível, ao mesmo tempo que conseguimos vencer o desafio da universalidade, da escola para todos, vencer o desafio da qualidade”.

Impressionante evolução

Pela bancada socialista interveio a deputada Manuela de Melo, que pôs em evidência os resultados do relatório PISA, que, frisou, “representam a validação das políticas consistentes” na área da educação prosseguidas pelo Governo, acrescentando que o documento divulgado pela OCDE “põe também em causa os argumentos da oposição de contestação” à linha de rumo que desde 2005 foi traçada pelo Executivo socialista.

“Estes resultados são difíceis de digerir, à esquerda e à direita, porque revelam “a evolução impressionante do desempenho dos alunos em áreas como a leitura, matemática e ciência”, disse.

Uma evolução que, segundo a deputada do PS, se deve a “uma maior eficiência”, que, explicou, “vai desde as aulas de substituição até à estabilização do corpo docente, passando por uma maior igualdade no acesso à sociedade de informação e melhor qualidade dos estabelecimentos escolares, entre outros factores”.

Estes resultados que “são motivo de satisfação”, disse ainda a finalizar, mostram que “houve um Governo, o do PS, que levou à prática as políticas necessárias, mas que é preciso consolidar”.

Debate quinzenal

Crescimento económico em 2010 será o dobro do previsto



O sistema financeiro vai pagar mais impostos já a partir de Janeiro, reafirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, no dia 7, no primeiro debate quinzenal de 2010 na Assembleia da República, onde se mostrou bastante optimista quanto à evolução da nossa economia que surpreendeu pelo crescimento acima do esperado. J. C. CASTELO BRANCO

DEPOIS de referir que o saldo orçamental vai ser aquele que “está dentro dos objectivos do Governo”, que eram de 7,3% do PIB, José Sócrates disse que o crescimento económico no ano passado situar-se-á entre 1,3 e 1,4%, “o que significa o dobro do que o Governo tinha previsto, num ano de ajustamento orçamental, em que se reduz o défice em dois pontos percentuais”.

Sobre as medidas de contenção orçamental que fazem parte do Orçamento do Estado para 2011, o primeiro-ministro sublinhou que “se não tivessem sido tomadas estas medidas de austeridade, as consequências seriam catastróficas para Portugal, em particular para o financiamento da economia, para as famílias e para as empresas”.

José Sócrates lembrou, uma vez mais, que a crise das dívidas soberanas afectou todos os países europeus, que foram “obrigados a acelerar o movimento de consolidação das contas públicas”.

No entanto, mesmo nesta conjuntura adversa, fruto da maior crise mundial dos últimos 80 anos, o primeiro-ministro sublinhou que Portugal “foi dos países que mais diversificaram as suas exportações nos últimos anos”. Exportações, que, adiantou, têm agora “maior intensidade tecnológica”.

Segundo Sócrates, “o sector exportador mostrou que está de volta e pujante e competitivo na economia global”.

Noutro plano, o chefe do Governo afirmou que o sistema financeiro “vai ter que pagar mais impostos com uma preocupação: a de que o Estado, quando for necessário, como foi no passado, socorrer um sinistro num sistema financeiro, tenha já o dinheiro suficiente para o fazer. Acho que esta taxa é de elementar justiça”.

E acrescentou que tal será feito “de forma articulada com a UE. O imposto está definido. A portaria que estabelecerá com detalhe os pormenores será feita quando estiver claro na Europa os detalhes também desse imposto. E em nada prejudicará aquilo que os bancos irão pagar porque esse imposto é um factor de justiça e será um imposto aplicado este ano para que o Estado se possa defender de algum sinistro nos mercados financeiros portugueses”.

José Sócrates explicou ainda que a taxa será paga “a partir do dia 1 de Janeiro como os outros” porque “o imposto está definido” em sede de IRC.

“É a partir de 1 de Janeiro que os bancos vão pagar. Nós não poderíamos fazer uma portaria antes de o Orçamento entrar em vigor. E esse Orçamento entrou em vigor no dia 1 de Janeiro. O que vamos fazer é a porta-

ria que regula os detalhes, é certo, vamos fazê-lo já nos próximos meses, mas o imposto está definido”.

No debate, o primeiro-ministro foi particularmente contundente nas respostas que deu às bancadas de direita que o questionaram sobre a situação no BPN. “O Governo tem a estratégia de sanear o BPN de forma a colocá-lo de novo no mercado. Já tentámos fazê-lo duas vezes. E vamos insistir nesta estratégia que nos parece ser a melhor. As condições de mercado não são muito propícias nem favoráveis neste momento, mas vamos fazê-lo”.

Na sua intervenção, Sócrates fez questão de frisar que a actual gestão, nomeada pela CGD, “está a dar o seu melhor e merece por isso o nosso apoio e confiança”, ao contrário da anterior gestão privada do banco que “merece censura, porque foi criminosa e fraudulenta”.

O primeiro-ministro defendeu ainda que “a alternativa a não nacionalizar o BPN seria catastrófica para o país” e denunciou ainda veementemente, em resposta a um Paulo Portas muito agitado, “a operação política de vingança contra o ex-governador do Banco de Portugal Vítor Constâncio”, considerando que “vergonha é não atacar os que fazem o crime, mas o polícia”.

Assis contra discurso do pessimismo

O presidente do Grupo Parlamentar do PS (GP/PS), Francisco Assis, fez uma intervenção centrada no crescimento da economia e das exportações, em que exortou à confiança e optimismo dos portugueses em relação ao futuro e condenou o discurso do pessimismo.

“Não podemos aceitar o discurso do pessimismo absoluto, que não tem adequação à realidade”, disse, sublinhando o êxito que constituem os últimos dados referentes às nossas exportações. “As exportações cresceram 8,6% no último ano acima de qualquer previsão, quer por parte de qualquer instituição interna ou internacional”, disse.

Segundo Assis, tais resultados devem-se ao facto de o Governo ter colocado como “questão central” da sua política “conciliar um processo sério de consolidação orçamental com a promoção do crescimento da economia”.

O líder do GP/PS salientou ainda que “este valor das exportações tem de ser valorizado, porque significa que mercê de políticas públicas acertadas e de arrojo empresarial estamos em condições de olhar para o futuro com a confiança e o optimismo possível nas actuais circunstâncias. Por isso, é necessário salientar este aspecto positivo”.

Plano Nacional para a Igualdade traduz consistência das políticas públicas

O **IV PLANO** Nacional para a Igualdade, apresentado no dia 16 em Lisboa, depois de ter sido aprovado em Conselho de Ministros, representa, segundo Pedro Silva Pereira, “trabalho, ambição e compromisso” e é o corolário da “consistência” e “persistência” das políticas públicas nesta área. O ministro da Presidência realçou ainda que o Governo tem “uma agenda social”, apesar da “prioridade da consolidação das contas públicas”.

O IV Plano Nacional para a Igualdade Género, Cidadania e Não Discriminação (PNI) defende a importância de uma maior proximidade entre as organizações e a população. Por isso, a rede de municípios que promovem a igualdade de género e as associações não governamentais passam agora a ser parceiros estratégicos na implementação das políticas públicas de igualdade e não discriminação.

As 95 medidas do IV Plano Nacional para a Igualdade, que define as políticas públicas para os próximos três anos, estão divididas em 14 áreas estratégicas, que vão desde a integração da dimensão de género na administração pública, central e local até à independência económica.

“Este plano segue uma orientação, um rumo e prioridades. É esse o seu objectivo. Tornar o caminho claro, claro nas políticas públicas para os diferentes ministérios para as políticas sectoriais, claro também para a sociedade para afirmar-se como uma referência”, defendeu o ministro perante uma plateia de várias dezenas de pessoas.

Silva Pereira sublinhou que este é um Plano de “trabalho, de ambição e de compromisso” porque organiza e distribui trabalho, ao apresentar 95 medidas concretas, e porque não é conformista.

A cerimónia de apresentação do Plano contou também com a presença da secretária de Estado da Igualdade, Elza Pais, que disse que, no âmbito do desenvolvimento deste Plano, estão previstos 77 protocolos com autarquias, bem como a implementação de Planos Municipais para a Igualdade em mais de 100 câmaras.

Além da igualdade de género, o PNI contempla também as outras discriminações, como o caso das pessoas deficientes, os LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgéneros) ou a população mais jovem.

O PNI vem ainda reforçar a articulação com outros planos e programas nacionais sectoriais como o Plano para a Integração de Imigrantes ou o Plano Nacional de Saúde. J. C. C. B.



Ministro da Agricultura promove no Oriente produtos nacionais

“O ORIENTE será a região do mundo de maior desenvolvimento deste século”, afirmou o ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, António Serrano, na abertura da semana agro-gourmet que decorreu na cidade chinesa de Xangai.

O titular da pasta da Agricultura, que chefiava uma missão de 40 empresários portugueses, deslocou-se àquela região do mundo em busca de novas oportunidades de negócio, na perspectiva de ajudar a aumentar as exportações nacionais.

Para Serrano, “quem não estiver preparado para apostar nestes mercados “passará ao lado daquilo que encontrar no mundo”, defendendo tratar-se do epicentro do desenvolvimento económico.

No seu périplo asiático, o titular da pasta da Agricultura assinou dois acordos comerciais com Macau e Hong-Kong, e presidiu à assinatura de um protocolo entre a Confraria do Vinho do Porto e a Confraria dos Enófilos de Macau, ocasião em que os sabores portugueses foram provados e apreciados por largas dezenas de dirigentes de empresas de distribuição alimentar chinesas que mostraram grande interesse pelos produtos nacionais, nomeadamente pelo azeite e vinho. Pretexto que serviu para António Serrano defender que o sector agro-alimentar nacional reúne excelentes condições para avançar para a exportação de outras produções.

Serrano teve ainda ocasião de afirmar na apresentação do “Macau Internacional Fair”, que Portugal reúne as melhores condições para num prazo de cinco anos dobrar o seu actual volume de negócios de produtos agro-alimentares com a China, assegurando que a dinâmica do mercado, em conjugação com a capacidade empresarial portuguesa, “permitirá criar condições para se ir mais além”.

Para o titular da pasta da Agricultura, “este século pertence à China” e Portugal tem de estar presente neste país, “tal como esteve no século XVI”, abrindo novas oportunidades para os produtos agrícolas nacionais, não deixando de reconhecer, contudo, que “não se conquista um mercado com esta dimensão de um momento para o outro”.

O Governo português, disse, “não pode substituir-se às empresas privadas”, mas tão só, “ajudar a criar um contexto favorável nestas zonas para que os nossos produtos sejam bem aceites”. R.S.A.



Desafio das exportações passa por novos mercados

O nosso país soube reorganizar a sua matriz económica apostando mais no desenvolvimento dos sectores de bens transaccionáveis, sem esquecer, contudo, a modernização dos sectores tradicionais. Só assim tem conseguido aumentar as exportações e aproveitar as oportunidades de crescimento da procura mundial, lembrou o ministro dos Negócios Estrangeiros à saída do Fórum de Embaixadores que se realizou no Instituto de Defesa Nacional, numa iniciativa conjunta entre a AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal e o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

REALIDADE que é confirmada pelos números com o défice comercial a registar uma diminuição de 468,3 milhões de euros entre Setembro e Novembro face ao mesmo período de 2009, com as exportações a aumentarem 12,8% e as importações 4,6%.

Os Estados-membros da zona euro continuam a ser os principais parceiros comerciais de Portugal, tendo as exportações para estes países atingido os 6,38 mil milhões de euros, um crescimento de 12,8% face a período homólogo, enquanto que as importações apenas cresceram 2,6% para os 10,18 mil milhões de euros.

Contudo, e apesar dos países da zona euro continuarem a ser os nossos principais parceiros comerciais, a riqueza, como acentuou Luís Amado, está a deslocar-se muito rapidamente para novas regiões que estão a emergir como pólos de atracção, sublinhando o governante a necessidade de Portugal apostar na diversificação das suas exportações para novos mercados “abordando-os de uma forma política e diplomática”, mas também com uma “acção económica externa persistente”.

Países como o Brasil, Rússia, Indonésia e China estão a crescer mais que a média da economia mundial, sendo por isso “à volta dessas economias”, tanto na Ásia como na América Latina, que “o potencial de crescimento é maior”.

Realidade que Portugal tem sabido acompanhar, como lembrou, registando-se o maior crescimento nas exportações precisamente para países terceiros, com estas a avançarem 13% para 2,41 mil milhões de euros.

Para o responsável pela diplomacia portuguesa, é nesses mercados, “mas também em pequenos países” como a Malásia e Singapura, que “temos que nos colocar” de forma a “defendermos os nossos interesses”.

Palavras que serviram para o presidente da AICEP, Basílio Horta, sublinhar que Portugal não pode prescindir da rede diplomática no “esforço que se está a fazer de internacionalização da economia”, não só



do ponto de vista das exportações, “mas também no que se refere à atracção e ao acompanhamento dos empresários que vão investir no estrangeiro”.

Salientou por isso o excelente trabalho conjunto da representação externa da economia “que a AICEP assegura” e a rede diplomática, garantindo haver “uma profunda cooperação”.

Exemplos desta entajada acrescentou Basílio Horta, são os números que indicam que as exportações portuguesas aumentaram 15% até Outubro do ano passado, quando em 2009 tinham caído cerca de 11,7%, tendo a taxa de cobertura das exportações pelas importações portuguesas no comércio com a Europa passado de 59% para 65%, enquanto a nível mundial essa mesma taxa de cobertura passou de cerca de 60% para 63%, “apesar de condicionada negativamente pelas importações de petróleo”.

Uma das áreas que mais têm contribuído para o potencial de crescimento no conjunto das exportações portuguesas tem sido o sector do calçado, pretexto que levou o primeiro-ministro a afirmar, numa visita que realizou à fábrica de calçado Zarco, em São João da Madeira, que é preciso vir alguém de fora para valorizar e constatar este facto.

Sócrates referia-se ao estudo de Michael Porter, sobre a actividade da competitividade da economia portuguesa, onde aquele reputado especialista defende uma aposta modernizadora nos sectores tradicionais, contrariando aliás a tese expandida por muitos economistas portugueses que, ao invés, advogam que o problema da falta de competitividade da economia reside no excesso de concentração da indústria nos sectores tradicionais.

Para Sócrates, que visitou esta unidade como forma de demonstrar “um acto de justiça” para com um dos sectores que “mais tem ajudado a aumentar as exportações”, o estudo de Michael Porter “está certo” exortando a que se olhe de forma mais atenta para as verdadeiras potencialidades desta indústria. R.S.A.

Helena André no Clube de Reflexão A Linha



O Clube de Reflexão Política A Linha promoveu, no passado dia 5 de Janeiro, mais um jantar mensal, que desta vez contou com a ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, Helena André.

NA SUA intervenção, a governante focou a importância do reforço da competitividade no sistema laboral português e a sua articulação com o modelo em que assentam as suas relações, recordando que os Estados se confrontam hoje com “fortes limitações orçamentais impostas pela crise financeira internacional”.

A titular da pasta do Trabalho não deixou contudo de salientar o facto de “estarmos perante uma crise sistémica do capitalismo” e confrontados com “ofensivas neoliberais” que, em sua opinião, estão a “pôr em causa as condições de vida e de trabalho conseguidas nas últimas décadas”.

Perante esta realidade, Helena André defendeu a necessidade de se promover a “regulação dos sistemas sociais ao nível europeu”, tanto mais que actualmente os países europeus, “onde Portugal não é excepção”, se vêem confrontados com a necessidade de aumentar os níveis de competitividade das suas economias, para assim fazer frente a outros sistemas económicos que assentam a respectiva competitividade nos “baixos salários e na quase total ausência de direitos sociais”.

A ministra do Trabalho e da Solidariedade Social terminou a sua intervenção neste encontro de reflexão, manifestando esperança e reiterando a sua confiança pessoal em Portugal e nos portugueses. **R.S.A.**

Unidade de Saúde de Serzedelo requalificada

A UNIDADE de Saúde Familiar (USF) em Serzedelo, Guimarães, recebeu a visita dos deputados socialistas eleitos pelo distrito de Braga, Miguel Laranjeiro e Ricardo Gonçalves.

Acompanhados pelos responsáveis executivos e clínicos da área, os eleitos socialistas puderam apreciar as renovadas instalações daquela unidade que serve uma população de cerca de 9500 utentes, distribuídos pelas freguesias de Serzedelo, Gandarela e Guardizela.

Depois de apreciarem as renovadas e modernas infra-estruturas e os novos equipamentos, que “cumprem os requisitos de qualidade exigida”, como salientou a responsável clínica por aquela unidade, os deputados realçaram o trabalho desenvolvido pelo corpo médico, tendo enaltecido “a iniciativa que levou estes profissionais a organizarem-se em torno desta USF”

que, frisaram, “corresponde em absoluto às necessidades das populações”.

De salientar que nesta Unidade de Saúde Familiar foram introduzidas algumas valências de relevo como as consultas de inter-substituição de médicos de família, as consultas abertas ao fim-de-semana para apresentação de casos prementes, bem como a marcação de consultas via telefone e Internet. Com um horário alargado entre as oito da manhã e as oito da noite, a USF de Serzedelo dispõe ainda de serviços de domicílio na primeira consulta do bebé e serviço de reencaminhamento de preparação para o parto.

Após o investimento feito na área da saúde, o concelho de Guimarães dispõe hoje de infra-estruturas ao nível da saúde que, para além de cumprirem com os requisitos que a qualidade exige, correspondem em absoluto às necessidades das populações. **R.S.A.**



Desenvolver Sines e o litoral alentejano

OS ELEITOS socialistas eleitos pelo distrito de Setúbal, Eduardo Cabrita, Eurídice Pereira, Catarina Marcelino e Luís Gonelha, estiveram em Sines, no passado dia 10 de Janeiro, para reafirmarem o compromisso do PS para com os projectos de desenvolvimento do concelho, bem como com os restantes em todo o litoral alentejano.

Acompanhados por autarcas e por muitos dirigentes socialistas locais, os deputados do PS elogiaram os investimentos privados que estão a ser feitos na região, que assumem, como frisaram, “uma relevância especial”, sobretudo em contexto de crise financeira, como os que estão a ser efectuados na nova refinaria da Galp ou na Artenius, ou investimentos públicos, como na auto-estrada entre Sines e Beja, os quais garantem nesta fase, como salientaram, cerca de 5 mil postos de trabalho.

Como o desenvolvimento deve privilegiar sobretudo e em primeira análise a qualidade de vida das populações, os deputados do PS deram especial atenção aos três modernos centros educativos, dois em Sines, um dos quais já em funcionamento, e outro em Porto Covo, bem como

aos novos equipamentos para idosos e aos projectos de regeneração urbana apoiados por fundos europeus de acordo com a prioridade dada pelo Governo do PS às políticas sociais que promovem a igualdade de oportunidades.

Os deputados socialistas puderam ainda saudar, por um lado, os números que dão o Porto de Sines, em 2010, como o maior porto exportador na-



cional, com um crescimento de 4,5% no movimento portuário, e, por outro lado, a entrada em funcionamento da variante ferroviária de Alcácer do Sal, tendo na altura considerado indispensável que seja dada continuidade à ligação ferroviária Sines-Poçoirão-Caia, a qual representa um dos investimentos estratégicos “mais relevantes para consolidar a competitividade de Sines” como um grande porto internacional da Península Ibérica. **R.S.A.**



Cooperação energética Portugal-Brasil As oportunidades estratégicas

RUBEN EIRAS /// Doutorando em Segurança Energética pelo ISCTE-IUL e Academia Militar; membro do Clube de Política Raiz Política (<http://raizpolitica.wordpress.com>); reiras@gmail.com

Portugal está a negociar um protocolo de megacooperação com o Brasil, em que a compra de dívida implicará o aumento das trocas comerciais entre os dois países, como também a participação do Brasil em empresas e pólos industriais portugueses. Uma das áreas em que as duas nações irmãs têm muito a ganhar é a da energia.

Com efeito, o Brasil está a afirmar-se como uma das principais potências energéticas do corredor Atlântico e, a prazo, do mundo. De facto, o “país-continente” da América do Sul já é auto-suficiente em energia, não só à custa das recém-descobertas reservas de petróleo e gás no off-shore brasileiro, mas também pela caminhada iniciada nos anos 70 do século passado no domínio dos biocombustíveis.

Na sequência do primeiro choque petrolífero, um dos objectivos centrais da política brasileira foi o desenvolvimento de fontes alternativas de combustíveis líquidos face aos derivados do petróleo. A solução encontrada foi a produção de etanol a partir de cana-de-açúcar. As reacções iniciais a esta iniciativa por parte de diversos países do mundo desenvolvido foram duas: cepticismo e descrédito.

Volvidos 30 anos, os resultados falam por si: o etanol a partir de cana sacarina é uma prática de sucesso de desenvolvimento, pois produz energia baseada num recurso endógeno de uma forma ambientalmente sustentável, criando emprego local e massa crítica científica. Com efeito, através da Embrapa, é o Brasil agora quem exporta know-how e tecnologia de biocombustíveis, para países tão insuspeitos como, por exemplo, os EUA (com o licenciamento da tecnologia para diversos laboratórios norte-americanos) e a Dinamarca (em parceria com a empresa Novozymes).

Entretanto, os primeiros passos na cooperação Portugal-Brasil no domínio energético começaram a ser dados. A petrolífera brasileira Petrobras já está no nosso país, em parceria com a Galp Energia, actuando na prospecção de petróleo e gás na costa portuguesa e na produção e comercialização de biocombustíveis. Mas que mais Portugal tem a oferecer ao Brasil no domínio da energia?

Para já, existem quatro frentes com oportunidades estratégicas com potencial para, por um lado, o Brasil adquirir maior robustez na sua segurança energética e, por outro, Portugal ganhar activos geopolíticos e tecnológicos que ajudem a mitigar a sua elevada dependência energética, e consequentemente, diminuir o défice externo (em muito proveniente das importações de petróleo e gás com elevada sensibilidade às

flutuações de preços no mercado).

Em primeiro lugar, o Brasil ainda tem muito para desenvolver no domínio das energias renováveis eólica e solar. Portugal possui muitos créditos internacionais neste domínio, em muito pela actividade governativa desenvolvida pelo governo socialista nos últimos anos. Há know-how tecnológico e de serviços relevantes que Portugal pode partilhar com o Brasil no domínio da energia do vento e do sol, através de parcerias empresariais e universitárias.

Por exemplo, é conhecida a pobreza de acesso à energia no Nordeste brasileiro. Embora seja uma região com baixo potencial eólico, é no entanto uma zona geográfica desértica, rica em radiação solar. Porque é que Portugal não promove um programa de

Em terceiro lugar, o Brasil tem um interesse estratégico no desenvolvimento de biocombustíveis de 2ª Geração (derivados de elementos celulósicos ou de plantas não concorrentes com a cadeia alimentar). Neste domínio, Portugal possui competências que poderão potenciar uma relação frutuosa com o país-irmão.

Senão vejamos. Por exemplo, a Galp Energia está a desenvolver em Moçambique um projecto de dimensões significativas para o desenvolvimento de biocombustíveis a partir de Jatofa, uma planta tóxica que com elevado conteúdo oleaginoso e que consegue proliferar em solos degradados. Por outro lado, é de conhecimento público a elevada competência técnico-científica do RAIZ, o centro

de investigação do grupo Portucel-Soporcel, na melhoria genética de determinadas espécies arborícolas. Além disso, este organismo tem vindo a desenvolver diversos projectos de I&D para aplicação na produção de biocombustíveis de origem celulósica.

Então, por que não gerar um programa de cooperação luso-brasileiro para o desenvolvimento e inovação de biocombustíveis avançados?

Finalmente, deverá ser implementada uma frente de cooperação no domínio da eficiência energética. Os dois

países poderão construir clusters colaborativos nos segmentos da construção sustentável a baixo custo (para os programas de habitação social brasileiros), na fabricação de tecnologias energeticamente eficientes e na formação em gestão de energia, a título exemplificativo.

Estas são alguns dos filões de oportunidades estratégicas da cooperação energética Portugal-Brasil. Concerteza que existirão muitos mais.

Contudo, não nos esqueçamos que foi numa época de crise aguda que o Brasil construiu o seu futuro, ousando inovar contra todas as ortodoxias. Este tempo também pode ser uma oportunidade para Portugal: basta quereremos e fazermos.

O Brasil ainda tem muito para desenvolver no domínio das energias renováveis eólica e solar. Portugal possui muitos créditos internacionais neste domínio, em muito pela actividade governativa desenvolvida pelo Governo socialista nos últimos anos

cooperação com o Brasil para o desenvolvimento de um programa de geração de energia solar, de micro e macro-produção?

Em segundo lugar, o Brasil ainda sofre de muitas carências na segurança e fiabilidade do sistema de produção e distribuição de electricidade. São conhecidos os frequentes «apagões» nas grandes urbes quando o consumo atinge o pico no Verão. Em contraste, Portugal possui umas melhores redes eléctricas na Europa, com um nível de qualidade praticamente equivalente ao da Suécia. Com este nível de competência, porque não promover uma política de cooperação tecnológica e de formação de gestão da rede eléctrica entre Portugal e o Brasil?



CAMPANHA DE ACTUALIZAÇÃO DE DADOS

Ajude-nos. O sucesso desta campanha depende de si.
Irá ser contactado em breve. Colabore. Tome a iniciativa!

Site Oficial
www.ps.pt

CONTAMOS CONSIGO

Linha Azul
808 201 695



Actualização
Informação
Participação



PS/Setúbal mobilizou militantes para discussão sobre temas da actualidade

Foram significativas e muito participadas as inúmeras iniciativas promovidas pelas estruturas locais do PS/Setúbal desde o início do passado mês de Novembro.

ACÇÕES que contaram com a mobilização de centenas de militantes e de muitos dirigentes nacionais, como Vieira da Silva, Fernando Medina, Eduardo Cabrita, Tiago Silveira, Vitalino Canas, Elza Pais, Pedro Marques e Catarina Marcelino, entre outros.

Das muitas acções desenvolvidas, destaque para as realizadas no âmbito das concelhias do Barreiro, Grândola e Setúbal que promoveram debates sobre o Orçamento do Estado (OE) com a presença do deputado e dirigente nacional Eduardo Cabrita, ou na concelhia da Moita, onde o tema em discussão abordou as perspectivas que se colocam ao país e à região após a aprovação do OE, reunião em que intervieram, para além de Vítor Ramalho, presidente do PS/Setúbal, Eduardo Cabrita e Tiago Silveira.

Na concelhia de Setúbal realizou-se, para além de um conjunto de outros encontros, um jantar que contou com a presença de Vitalino Canas e onde a discussão sobre o OE foi servido com prato principal. A este jantar muito concorrido, associaram-se largas

dezenas de militantes e de simpatizantes tendo participado na discussão dos diversos temas os presidentes das concelhias e os coordenadores das secções de residência. O repasto serviu ainda de pretexto para a atribuição de medalhas aos militantes com mais de 25 anos de inscrição.

Ao longo dos dois últimos meses de 2010 o distrito foi igualmente palco de outras sessões de trabalho, como a que sucedeu na Amora, onde Elza Pais falou sobre “violência doméstica”, uma iniciativa enquadrada no âmbito do trabalho desenvolvido pelo Departamento das Mulheres Socialistas, ou a realizada no Torrão, em que participaram Pedro Marques e Catarina Marcelino. Almada e Seixal foram outros locais onde o PS realizou reuniões envolvendo as respectivas secções de residência.

A JS coube a responsabilidade de organizar em Grândola um debate sobre a revisão constitucional no qual participou Pedro Alves, secretário-geral da Juventude Socialista. R.S.A.

Perestrello inaugura nova sede do PS/Carcavelos

A SECÇÃO do PS/Carcavelos inaugurou a sua nova sede, numa sessão que contou com a presença do camarada Marcos Perestrello, presidente da FAUL, que, na ocasião, sublinhou “o papel e o exemplo de trabalho que esta Secção tem tido no seio da Federação” e apelou à mobilização do partido para vencer os “enormes desafios” que tem pela frente, desde logo com as presidenciais.

Antes, Fernando Montenegro, secretário-coordenador da Secção, recordou que desde 2003 Carcavelos não possuía sede e que “graças ao forte empenho de todos os militantes foi possível concretizar este objectivo, há muito ambicionado”.

O camarada Fernando Montenegro salientou ainda que a inauguração, no dia 25 de Novembro, “coincidiu com a data que representou a consolidação da democracia em 1975, permitindo que Portugal desse um salto qualitativo em frente, e, tal como nessa altura, também em Carcavelos se procura reforçar o Partido Socialista para que se possa igualmente dar um salto

qualitativo num projecto político que procura dar um novo rumo estratégico e de desenvolvimento ao concelho de Cascais”.

Mas, frisou, para que se consiga atingir este objectivo “é necessário o contributo de todos os socialistas de Cascais, todos sem excepção”.

Após as intervenções, em que o presidente da Concelhia de Cascais sublinhou o papel exemplar que os militantes de Carcavelos têm tido no passado recente, o que só lhes confere maior responsabilidade política, seguiu-se um momento de confraternização com os amigos e camaradas de todas as secções que estiveram presentes.

O PS/Carcavelos procurou assim não apenas prestar uma homenagem a todos os camaradas de Carcavelos que ajudaram a edificar este projecto político deste a sua primeira hora e a quem muito devemos, mas também lançar as bases de um projecto futuro ganhador para Cascais.” J.C.C.B.

Parque Nacional da Peneda Gerês Deputados do PS de Braga defendem gestão diferenciada e de maior proximidade

O PARQUE Nacional da Peneda Gerês (PNPG), pela sua “importância e relevância nacional”, deve ter “uma gestão diferenciada e de maior proximidade” do que actualmente existe, sendo necessário estudar e promover acções neste sentido, defendem os deputados socialistas do PS eleitos pelo círculo de Braga, no âmbito de um conjunto de contributos que apresentaram para a revisão do Plano de Ordenamento deste “único parque nacional em Portugal”.

Consideram, por outro lado, que o responsável máximo pelo PNPG “deve ter uma dedicação exclusiva e estar sediado no próprio parque” e que é preciso serem “promovidas as acções necessárias para o envolvimento das autarquias locais, nomeadamente a de Terras do Bouro, das entidades representativas das populações locais e das próprias populações em modelos a definir”.

O reforço da capacidade operacional do parque através de meios humanos, técnicos e ambientais é outra das propostas avançadas pelos parlamentares do PS que sustentam ainda que “as populações devem ser apoiadas nas suas actividades agrícolas, pastorícias, turísticas ou outras, promovendo assim o combate à desertificação humana do território”.

Relativamente à prevenção e combate aos fogos florestais, defendem que “devem ser elaborados planos específicos de acção, manutenção de estradas existentes, planos de recuperação das áreas ardidas e promoção de fogos controlados e coordenados com as necessidades dos pastores”.

O desenvolvimento de campanhas de educação ambiental e de sensibilização, dirigidas em especial às populações locais e regionais e a criação de um programa nacional destinado a divulgar e preservar o PNPG junto das escolas do ensino básico e secundário são outras das medidas propostas.

Por outro lado, no âmbito financeiro, os parlamentares sustentam que o país tem de “fazer uma opção clara sobre o futuro do único Parque Nacional existente no seu território e para tal deve afectar-lhe os recursos necessários para o efeito, oriundas do Orçamento do Estado e de receitas próprias”. J. C. C. B.



Almeida Santos inaugura renovada sede do PS/Braga



A RENOVADA sede da Federação do PS de Braga foi inaugurada no dia 4 de Dezembro, numa sessão que contou com a presença do presidente do partido, Almeida Santos.

Na sua intervenção, o camarada Almeida Santos incentivou os militantes a utilizarem a nova sede para debaterem e encontrarem soluções para os problemas do país, defendendo a necessidade de “globalizar a política para que esta seja capaz de regular o funcionamento da economia, evitando o esmagamento dos mais fracos e dos mais pobres à escala internacional”.

Para o presidente do PS, “é preciso uma nova partilha de riqueza, é preciso uma globalização fiscal e é preciso uma ordem militar global”.

Almeida Santos mostrou-se “agradavelmente surpreendido com a qualidade” das novas instalações da Federação bracarense.

A obra, que representou um investimento de 155 mil euros, dos quais 116 mil dizem respeito à aquisição das instalações, está dotada de melhores condições, contando actualmente com um auditório com capacidade para 100 pessoas, gabinetes destinados ao presidente da Federação, presidente da JS, secretariado e ainda um gabinete destinado ao serviço administrativo.

Na sessão, o presidente da Federação do PS, Joaquim Barreto, destacou “a gestão rigorosa e a poupança na actividade interna”, que começou com os seus antecessores, medidas que possibilitaram a concretização de um sonho antigo.

Na sua intervenção, o líder da Federação destacou a inauguração do novo auditório dedicado a Salgado Zenha, uma homenagem ao grande socialista que honrou o distrito de Braga.

“Que esta seja a nossa casa, a casa dos socialistas, um espaço aberto a todos aqueles que venham por bem e que queiram servir as freguesias, os concelhos e o distrito”, salientou Joaquim Barreto.

Disse, ainda, que na decoração desta nova casa foi tida em conta a história do PS nacional e distrital e, por isso, foram colocados quadros com a fotografia dos presidentes e dos secretários-gerais do partido, “porque queremos que este seja um espaço de encontro com a nossa história”, disse o também presidente da Câmara de Cabeceiras de Basto.

Por outro lado, o presidente da Federação defendeu que “neste tempo difícil” que o país atravessa “o PS deve fazer parte da solução”. E acredita que o PS vai continuar a ser poder. Estamos no momento de unir esforços e dar as mãos e os socialistas do distrito de Braga, na sua acção política, sentem-se honrados por servir Portugal e engrandecer o partido”.

Devolver à Nazaré as boas práticas

Os candidatos socialistas têm que ser “credíveis e competentes” e capazes de “galvanizarem as estruturas para os desafios eleitorais”, defendeu o secretário de Estado da Administração Interna, Conde Rodrigues, na primeira Convenção Autárquica do PS/Nazaré, encontro que contou com a presença de outros dirigentes nacionais e membros do Governo, como os secretários de Estado José Junqueiro, da Administração Local, e João Trocado da Mata, da Educação, e ainda do presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco e vice-presidente da ANAPS, Joaquim Morão, do deputado e presidente do PS/Leiria, João Paulo Pedrosa, e do presidente da Concelhia nazarena, Walter Chicharro.

O ENVENTO serviu para fazer o balanço do primeiro ano de actividade política no concelho, após as últimas eleições autárquicas e para desenvolver um conjunto de reflexões apresentadas em três painéis, que versaram sobre as dinâmicas autárquicas, a organização e simplificação administrativa.

Os vários oradores abordaram também o próximo desafio autárquico de 2013 com especial enfoque nas estratégias e nas marcas que a governação socialista colocará na gestão do poder local no município da Nazaré, tendo ainda havido lugar à divulgação de novas políticas e de novos projectos capazes de responder aos anseios das freguesias para enfrentar o actual momento.

Conhecedor profundo dos dossiês autárquicos, José Junqueiro, secretário de Estado da Administração Local, enunciou um conjunto alargado de trabalhos “que estão em preparação adiantada” que visam a “reorganização do território, a descentralização de competências, o endividamento autárquico, as empresas municipais e a regionalização”.

João Trocado, por sua vez, destacou as reformas na educação levadas a cabo pelo Governo do PS, que apelidou de “revolução silenciosa” e que vão desde a escola a tempo inteiro, à implementação das actividades de enriquecimento curricular, ao alargamento do serviço de apoio e acção social, passando pelas aulas de substituição, colocação dos professores “a tempo e horas” e por vários anos, ao aumento exponencial dos cursos profissionais, ao alargamento para o 12º ano de escolaridade, ao Plano Tecnológico de Educação com ligação à Internet, à construção dos Centros Escolares e à requalificação das escolas secundárias, bem como à “melhoria assinalável do nível de qualificação dos portugueses” proporcionada pelo

programa Novas Oportunidades.

O presidente Joaquim Morão, com a sua longa experiência autárquica e boas práticas na gestão dos bens públicos lembrou que na sua autarquia as verbas do QREN têm sido aplicadas “com rigor e critérios transparentes”, defendendo que uma câmara municipal “não deve ser uma central de emprego”, referindo que a sua preocupação “não tem sido dar empregos”, mas, sim “criar condições para que haja emprego”.



O presidente da Concelhia do PS/Nazaré, Walter Chicharro, não escondeu o propósito do PS em reconquistar a câmara, aludindo ao “desnorte completo” do actual executivo nazareno em matéria financeira, ao “descontrolo da dívida” e à ausência de expectativas do PSD “relativamente ao futuro do concelho”, defendendo que chegou o momento dos socialistas se unirem para responder aos desafios e às “justas aspirações das populações do município”. R.S.A.

Câmara de Santarém tem orçamento “faz de conta”

MAIS um Orçamento “virtual” e “faz de conta”, é o como PS/Santarém classifica o documento elaborado pelo Executivo da Câmara liderado por Moita Flores, num contexto da “mais pura ficção e fantasia, bom para quem vive na Lua, mas mau para quem vive em Santarém”.

Segundo a Concelhia socialista, “não obstante uma redução global de 10 milhões de euros face ao Orçamento de 2010, o montante de 85.826.345 euros reflecte um mundo virtual, do ‘faz-de-conta, em que vive o actual Executivo municipal do PSD. É um ‘suponhamos”.

E, continuam os socialistas escalabitanos, é um Orçamento em que “faz de conta” que vão entrar receitas no valor de 28,2 milhões de euros, que também eram para entrar em 2010 e não entraram”.

E aproveitam para lembrar, a título de exemplo, os 15 milhões de euros que estavam previstos no Orçamento para 2010 da entrada de capital do parceiro privado nas Águas de Santarém”.

Num comunicado, o PS/Santarém refere ainda que “nessas receitas fictícias, ‘faz de conta’ que entram

16,7 milhões de rendas da Casa dos Sabores e do antigo Presídio Militar”, bem como “‘faz de conta’ que entram 11,5 milhões de euros do plano de acção do aeroporto Ota/Alcochete e vamos todos esperar pela entrada de 10.000 euros do parceiro privado das Águas de Santarém”.

Sem estratégia e sem rumo

Aliás, sublinha a Concelhia do PS, “se a imaginação quanto a receitas fosse ainda mais activa, estamos convencidos que essa capacidade inventiva possibilitaria um orçamento maior. Acontece que a própria imaginação em termos de receitas está espremida ao máximo”.

Para os socialistas escalabitanos, “estamos em presença de um documento sem aplicação real, apenas servindo fins propagandísticos, tão do agrado do PSD e do dr. Moita Flores, no reino do ‘faz de conta””. Acontece porém, defende a Concelhia socialista, “a realidade obrigaria a uma outra governação do município de Santarém, cujo Executivo governa sem estratégia, sem norte e sem rumo”. J.C.C. B.

Brasil é uma prioridade na política externa portuguesa



A relação com o Brasil continua a ser uma das principais prioridades da política externa portuguesa. Esta a mensagem transmitida pelo primeiro-ministro, José Sócrates, na reunião que teve, em Brasília, com a nova Presidente da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, no dia seguinte à tomada de posse da sucessora de Lula da Silva, onde foram abordadas as relações bilaterais e a agenda económica em áreas como a energia, aeronáutica e telecomunicações.

“REAFIRMEI que uma das prioridades mais altas da política externa portuguesa é a relação com o Brasil. Disse à Presidente que pode contar com Portugal como o mais fiel e mais próximo aliado naquilo que vai ser, certamente, a caminhada do Brasil para ocupar o seu espaço no concerto das nações, tanto na questão geopolítica como na dimensão económica”, afirmou José Sócrates, após o encontro com a nova chefe de Estado.

O primeiro-ministro referiu que “as principais empresas brasileiras estão a querer afirmar-se na economia global e nós gostaríamos que elas aproveitassem o facto de Portugal ser um país moderno e europeu para fazerem dali a sua base para a expansão global”, porque, defendeu, “é assim que se constrói um futuro

comum: não apenas com base no romantismo de uma história comum, o que nos interessa valorizar, mas principalmente olhando com confiança e juntando forças para competirmos na economia global”.

Por outro lado, Sócrates considerou que paralelamente ao aprofundamento das relações económicas, Brasil e Portugal devem aumentar a projecção da língua portuguesa. “A responsabilidade histórica que cabia a Portugal de liderar a afirmação da língua portuguesa agora cabe aos dois países e, em particular, ao Brasil, que em breve terá 200 milhões de falantes em língua portuguesa. Estamos juntos nesta batalha de afirmação da língua portuguesa”, disse.

O chefe do Governo português destacou ainda a “excelente relação” que tem com Dilma Rousseff e elogiou a acção desenvolvida ao longo de oito anos pelo anterior Presidente, Lula da Silva. “O Brasil no Governo do Presidente Lula transformou-se num país que quer ocupar o seu espaço na cena mundial e na economia global e isto dá a Portugal uma grande oportunidade”, disse, acrescentando estar certo de que Dilma Rousseff manterá a prioridade política para Portugal.

O primeiro-ministro salientou ainda que o Governo português vê “com bons olhos e com muito interesse” a parceria entre a Galp e a Petrobras que está em desenvolvimento para exploração de campos petrolíferos no mar do Brasil. “É uma grande oportunidade para a Galp, é uma grande oportunidade para a Petrobras, e é assim que se constrói um futuro comum”, afirmou ainda José Sócrates.

Para melhor, muda-se sempre! Novas tecnologias nas Escolas – Ensino igualitário.

Pedro Ribeiro /// Militante n.º 24.874 /// Vice-presidente da Câmara de Almeirim, responsável pelo PET21

Numa época em que se fala que o melhor activo de um país, são os seus recursos humanos, a aposta na melhoria das condições de aprendizagem é fundamental.

As novas tecnologias, nomeadamente o computador vieram revolucionar as últimas décadas do século passado. Neste início de milénio, os computadores tornaram-se numa ferramenta essencial para a realização de qualquer tipo de trabalho. Hoje, uma educação de futuro tem de prever este novo instrumento de aprendizagem, equiparando-o num curto espaço de tempo ao caderno, ao livro ou à sebeta.

Todos sabemos que um factor muito importante na transmissão de conhecimento é a forma utilizada. Longe vão os tempos do giz e dos acetatos onde os desenhos das figuras geométricas ou a representação gráfica eram uma enorme dificuldade.

Se é verdade que no início do século XX, analfabeto era quem não sabia ler nem escrever, hoje, ou num futuro muito próximo, analfabeto será aquele que não souber tirar partido das novas tecnologias. Já todos nos esquecemos da comunicação feita por carta, telex ou fax, hoje o e-mail, o sms, o Messenger ou mais recentemente o Facebook revolucionaram a forma de comunicar, seja a de lazer ou a de negócios. Numa economia que se quer cada vez mais de valor acrescentado em detrimento da mão-de-obra barata, só os mais preparados tecnologicamente poderão singrar.

O Município de Almeirim, ao longo dos tempos, tem assumido como sua a preocupação de dotar as nossas escolas das condições necessárias ao bom funcionamento da aprendizagem. Entendemos que, mesmo no que toca à educação, uma política pública não se resume ao papel desempenhado pelo Estado central. Sem dúvida alguma, esse Estado deve assumir o papel principal, mas caberá aos municípios e organismos locais introduzir mecanismos que ofereçam mais valias aos nossos jovens, que lhes proporcionem um processo educativo mais adequado aos tempos actuais.

Se até aqui o esforço pedido era, sobretudo, em condições físicas estamos convictos que num futuro próximo será, essencialmente, ao nível do material de aprendizagem.

Almeirim tem a funcionar um projecto inovador na área das novas tecnologias para a educação. Somos uma das poucas autarquias, senão mesmo a única, a desenvolver um plano deste tipo, onde o Magalhães tem um papel principal e fundamental.

O Projecto de Educação Tecnológica – PET 21, iniciou-se no ano lectivo 2007-08. Há época pretendíamos dotar as salas

de aula do 3º e 4º ano do 1º ciclo de um computador portátil por cada dois alunos. Realizamos uma experiência piloto em duas escolas, cujos resultados foram fundamentais para o passo seguinte. No Verão de 2008, o Governo, em boa hora, lançou o projecto e-escolinha. Com a introdução do computador Magalhães, a Câmara redireccionou os seus recursos generalizando o PET 21 a todos os alunos do 1º ciclo.

Realizámos uma parceria pedagógica com a Ministério da Educação, o que representou um enorme desafio, mas ao mesmo tempo uma motivação acrescida, uma vez que representa um reconhecimento externo, de enorme importância, do trabalho desenvolvido pela autarquia, agrupamentos, escolas e docentes. Essa parceria passou pela disponibilização de uma professora, para ser a coordenadora pedagógica desta iniciativa e assim torná-la em algo verdadeiramente articulada e coerente. Algo que tem vindo a ser verificado pelo próprio Ministério, quer através da DGIDC – Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, quer através de visitas da DREL assim como da própria ex-ministra da Educação Maria de Lurdes Rodrigues.

Com o PET21 é hoje possível disponibilizar, um quadro interactivo em cada sala de aula do 1º ciclo. Um Hotspot por cada edifício escolar, a juntar à rede que a câmara também disponibilizada por todas as freguesias. Ou seja em todas as escolas os alunos têm acesso à Internet de forma gratuita e segura. Um acesso para cada aluno e professor ao programa Escola Virtual da Porto Editora. Este acesso permite a disponibilização de um software educativo de elevadíssimo nível, que facilita e promove a aprendizagem. É um investimento de grande envergadura até porque o preço de venda ao público (fora deste projecto) é de cerca de 33,99 € (licença anual, que a juntar a outras despesas tornava a sua aquisição incompatível para muitas famílias) e existia neste momento cerca de 1100 alunos, para não falar nos professores do 1º, 2º e 3º ciclo e das actividades de enriquecimento curriculares, a quem também disponibilizamos estas licenças.

Disponibilizámos ainda um coordenador técnico para o PET21, sendo que sob a sua orientação se desenvolveu um site sobre segurança na Internet. Este site, que dá pelo nome de “Os Adultos e a Internet” pretende disponibilizar aos pais e encarregados de educação as ferramentas necessárias para o seu uso responsável e controlado. Nesta área importantíssima da segurança disponibilizamos, todos os anos, acções de formação presenciais, em todas as escolas de forma a motivar os pais com mais dificuldades.

Criou-se uma plataforma modlle que permite que todas as iniciativas que são feitas na escola e/ou na sala de aulas possam ser consultados por alunos e pais. Esta ferramenta permite visualizar exercícios, desenhos, trabalhos de grupo etc., mas também servir de meio de inteiração entre os alunos e as suas famílias. Por último, mas não menos importante, disponibilizamos um e-mail a todos os alunos. Com essa caixa de correio e os quadros virtuais será possível aos professores, sempre que o entendam gravar as aulas e enviá-las através da Internet, existente na escola, para os computadores dos seus alunos. Esta aparente pouco importante possibilidade permite que os todos eles possam rever em casa as aulas e a matéria dada, até porque a tecnologia empregue permite que a aula seja reproduzida na sequência em que foi ministrada. Ou seja é como ter um professor virtual e permanente em casa.

Aquilo que até aqui só estava ao dispor dos mais afortunados e em colégios privados, onde apenas alguns, muito poucos, têm acesso está em Almeirim disponível para todos, quaisquer que sejam as suas origens ou condições sociais. Com o PET 21 a educação torna-se verdadeiramente igualitária.

Apesar de todas estas melhorias tecnológicas que com toda a certeza vão tornar o ensino mais apelativo é fundamental e justíssimo realçar o apoio, motivação e disponibilidade demonstrada por todos os docentes desde a primeira hora. Sem eles este projecto nunca seria possível, até porque a sua implementação necessitou e necessita de muitas das suas horas livres lhe sejam dedicadas.

Apesar deste enorme investimento estamos convencidos que estamos no caminho certo. Seremos, provavelmente, o primeiro município do país a ter um projecto tecnológico para o 1º ciclo, totalmente integrado, coerente, com recursos técnicos, materiais e humanos. Onde o computador Magalhães, bandeira deste Governo e que tem sido injustamente mal tratado por muita gente, é um instrumento de trabalho útil e fundamental para um ensino de qualidade superior.

Muitos são aqueles que querem um ensino público fraco para justificar a entrega de milhões aos privados. No entanto a verdade é que a escola e a forma do ensino público estão a mudar. Almeirim está na primeira linha desta mudança, sabendo que como dizia Sénica “A parte mais importante do progresso, é o desejo de progredir” e é esse o desejo que os autarcas deste concelho têm, para bem de uma sociedade mais justa e mais fraterna.



MANUEL ALEGRE

PRESIDENTE'2011

ÚLTIMAS ACÇÕES DE CAMPANHA

Quinta-feira, dia 20 - Lisboa
Comício no Coliseu dos Recreios

Sexta-feira, dia 21 - Porto
Encerramento da campanha eleitoral
Comício no Pavilhão do Académico, Porto

DIA 23 VOTE MANUEL ALEGRE

